

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DÉBORA GARCIA PEREZ

**BAIXA FREQUÊNCIA ESCOLAR DE ADOLESCENTES BENEFICIÁRIOS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE
LONDRINA-PR: REFLEXÕES SOBRE O DESINTERESSE PELOS ESTUDOS**

CURITIBA

2016

DÉBORA GARCIA PEREZ

**BAIXA FREQUÊNCIA ESCOLAR DE ADOLESCENTES BENEFICIÁRIOS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE
LONDRINA-PR: REFLEXÕES SOBRE O DESINTERESSE PELOS ESTUDOS**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Ma. Leticia Mara de Meira.

CURITIBA

2016

BAIXA FREQUÊNCIA ESCOLAR DE ADOLESCENTES BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR: REFLEXÕES SOBRE O DESINTERESSE PELOS ESTUDOS

Débora Garcia Perez

RESUMO

Este artigo tem como objetivo buscar e discutir alguns dados relativos à baixa frequência escolar de adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família na faixa etária de 16 e 17 anos, das escolas estaduais do município de Londrina, Estado do Paraná, disponíveis no Sistema Presença do Ministério da Educação. O artigo tem como foco uma justificativa muito presente para a baixa frequência dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família, nessa faixa etária, que é o *desinteresse pelos estudos*. Num primeiro momento, através da análise dos relatórios gerados no Sistema Presença acerca da baixa frequência dos estudantes em questão, verificou-se que o desinteresse pelos estudos é uma das justificativas mais frequentes quando direcionada para a faixa etária citada. Com base nessa informação e buscando entendê-la melhor, foi aplicado um questionário junto aos profissionais que efetuam o registro da frequência no Sistema e, a partir dos dados obtidos verificou-se que o desinteresse pelos estudos pode estar mascarando dados reais da baixa frequência. Verificou-se também que os profissionais das escolas que efetuam o registro da frequência no sistema não se sentem confortáveis em expor os verdadeiros motivos, em muitos casos por receio, pois se tratam de situações que expõem vulnerabilidades de jovens e seus familiares. Esses profissionais acabam utilizando o motivo de desinteresse pela educação como forma de minimizar situações que fogem ao alcance das ações possíveis de serem realizadas pela escola, como envolvimento com entorpecentes, trabalho informal e tráfico, o que requer intervenções de outras políticas públicas.

Palavras-chave: Frequência escolar; Bolsa família; Desinteresse pelos estudos; Pobreza.

1 INTRODUÇÃO

O Curso de Especialização¹ em Educação, Pobreza e Desigualdade Social tem sido palco de férteis discussões entre profissionais da educação básica, da assistência social e da saúde que, de alguma forma, prestam atendimento a crianças e jovens beneficiários do Programa Bolsa Família.

A (falta de) relação existente entre os termos “educação” e “pobreza” não aparece fartamente como material de pesquisa e esse fato demonstra que pode não ter sido objeto de estudo, ou seja, pouco explorado por pesquisadores e estudiosos.

Para tentar entender essa relação, buscou-se os significados para os termos em destaque e, segundo o minidicionário Aurélio (2004, p. 272), educação é o “Ato ou efeito de educar(-se). Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano. Civilidade, polidez. ” E, também segundo Aurélio (2004, p. 577) pobreza é “Estado ou qualidade de pobre. A classe dos pobres. ” De acordo com a mesma fonte, pobre significa “Que não tem o necessário à vida; sem dinheiro ou meios. Que denota pobreza. Pouco produtivo. Pouco dotado. Pessoa pobre. Mendigo, pedinte”.

A partir dessas definições é possível empregar o terceiro termo da relação, igualmente foco do Curso de Especialização, que é a desigualdade social como um fator interligante dos termos anteriores. Buscar o significado de pobreza leva a perceber, através da desigualdade social, o quanto ela está distante da educação.

Mas, onde e de que forma a pobreza aparece nos currículos escolares?

É comum que se relacione pobreza à meritocracia e não como produção social. O próprio pobre, geralmente, é responsabilizado pela sua situação, é cobrado, dentro das salas de aula, a se adequar ao modelo que, supostamente, o ajudará a melhorar sua situação.

¹ O **Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social** constitui-se em uma ação voltada à formação continuada de profissionais que atuam na educação básica e/ou em políticas sociais que estabelecem relações entre educação, pobreza e desigualdade social. Esse processo formativo a distância insere-se no contexto da Política Nacional de Formação dos(as) Profissionais do Magistério da Educação Básica e da Rede Nacional de Formação Continuada dos(as) Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renafor), instituídas pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e pela Portaria Ministerial nº 1.328, de 23 de setembro de 2011. Ele também responde ao preconizado na Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.(UFRN, 2015)

A educação excludente, fato que se repete e se consolida ao longo da história do Brasil, retratada de forma bem simplificada e resumida no material intitulado pela própria autora Priscila Maria Romero Barbosa (BARBOSA, 2012) como “Breve relato da história da educação excludente”, é possível de ser verificada ao se manusear os documentos regentes das instituições de ensino. Não se percebe, ainda hoje, encaminhamentos e materiais dedicados a estudantes que apresentam dificuldades de se encaixar nos moldes educacionais preestabelecidos, nem tão pouco materiais que tratam a pobreza, diretamente. Na educação formal normalmente não se estimula conhecer, refletir e discutir a relação histórica da humanidade com a manutenção da pobreza.

Crespo (2002, p.11) busca, na concepção dos próprios pobres, reflexões sobre a pobreza e as apresenta num artigo intitulado “A pobreza como um fenômeno multidimensional”. Nesse artigo, Crespo fecha sua pesquisa reproduzindo, em resumo, as falas de pessoas pobres registradas em pesquisa encomendada pelo Banco Mundial, com a seguinte frase:

“Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade. ”

2 REVISÃO DE LITERATURA

A educação é um direito positivado desde a Constituição de 1988, porém, essa positivação não bastou para garantir o acesso e a permanência de crianças e jovens na escola.

Estudos apontam que os grupos mais vulneráveis economicamente são os que fazem elevar os índices de abandono/evasão escolar e o principal motivo apontado é o desinteresse pela educação. Isso evidencia a fragilidade das famílias de baixa renda e/ou com altos níveis de vulnerabilidades em perceber a educação como aliada na superação das suas dificuldades.

O município de Londrina, segundo dados do IBGE, no ano de 2016 possui população estimada de 553.393 habitantes e abrange uma área territorial de 1.652,569 km². Localizado no Estado do Paraná, Região Sul do Brasil, pode ser considerado privilegiado economicamente, quando comparado a outros municípios, principalmente de regiões como Norte e Nordeste. Segunda maior cidade do Estado, no ano de 2015, Londrina teve IDEB na rede pública de ensino igual a 6,7 (tendo meta projetada para o período igual a 6,2), o que a coloca em nível relativamente elevado. Lembrando que este artigo traz reflexões a cerca de jovens de 16 e 17 anos, não se pode desconsiderar que os dados do INEP (IDEB) apesar de referenciar apenas o Ensino Fundamental, refletem momentos dos quais nossos jovens já devem ter participado.

Um projeto de pesquisa desenvolvido pelo CEBRAP com o apoio da Fundação Victor Civita, em junho de 2013, Torres (2012) traz dados sobre a escolarização de jovens de 15 a 17 anos em termos de Brasil e também, isoladamente, de duas unidades federativas: Pernambuco (região nordeste) e São Paulo (região sudeste). A pesquisa de Torres (2012) considera vários fatores, como: renda familiar, trabalho, gênero e permite inferir que o desinteresse dos jovens pelo conhecimento científico não é uma particularidade do município de Londrina.

O Programa Bolsa Família², que tem como um dos seus propósitos encurtar a distância entre pobreza e educação, conforme Portaria Interministerial MEC/MDS nº 3.789 de 18 de novembro de 2004, traz como condicionalidade o compromisso das famílias beneficiárias com a Educação, matriculando e garantindo a permanência das crianças e jovens com idades entre 06 e 17 anos na escola. Essa garantia se dá através do cumprimento de 85% da carga horária do estabelecimento de ensino

² O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais:

Complemento de renda – todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza.

Acesso a direitos – as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência Social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social.

Importante – as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços.

Articulação com outras ações – o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. (BRASIL, 2015)

para crianças e jovens de 06 a 15 anos de idade e 75% para jovens de 16 e 17 anos de idade.

Mesmo tratando-se de condicionalidade, é comum verificar um número excessivo de faltas de crianças e jovens na escola, através do acompanhamento feito em um Sistema de Registro do Ministério da Educação (MEC), chamado de Sistema Presença³, em especial jovens de 16 e 17 anos que são condicionados a cumprir 75% da frequência na escola para terem o direito a receber o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente⁴.

Bimestralmente, o Operador Diretor na Escola – ODE (perfil da pessoa responsável pelo registro das informações na escola) coleta, junto à Equipe Pedagógica do estabelecimento, e registra no Sistema Presença as informações da baixa frequência dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família. Ao informar a baixa frequência ou infrequência, é necessário que a mesma seja devidamente justificada e para isso a escola deve ter realizado um trabalho de busca de informações junto à família do estudante ou outra forma mais adequada de intervenção. Dentro do próprio Sistema Presença há uma Tabela de Motivos de Baixa Frequência-2013⁵ (anexo) que é utilizada para a composição das justificativas.

Além do ODE, o Sistema Presença é utilizado por outros perfis com determinados campos de acesso:

- Coordenador Municipal do Programa Bolsa Família na Educação, nas Secretarias Municipais, responsável pelo monitoramento e auxílio às escolas tanto municipais quanto estaduais;
- Coordenador Regional do Programa Bolsa Família na Educação, nos Núcleos Regionais de Educação, responsável pelo monitoramento dos relatórios e acompanhamento e suporte junto aos Coordenadores

³ **Sistema Presença** - o Ministério da Educação (MEC) disponibiliza um Sistema para o registro e o acompanhamento da frequência escolar, chamado Sistema Presença do MEC. O Sistema Presença tem por objetivo garantir o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família em todo o País. Sendo o objetivo maior da condicionalidade da educação o rompimento do ciclo de pobreza, baseia-se no combate à evasão escolar e no estímulo ao bom desempenho do estudante.

⁴ O **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente**, como o nome já diz, é um tipo de benefício do Programa Bolsa Família reservado às famílias que possuem adolescentes em sua composição. Para recebê-lo, a família precisa ter pelo menos um adolescente entre 16 e 17 anos em casa. Cada família pode receber até dois benefícios do tipo Variável Vinculado ao Adolescente. (BRASIL, 2004)

⁵ A **Tabela de Motivos de Baixa Frequência-2013** tem o objetivo de caracterizar indícios, para posterior identificação real, das causas que estariam provocando a baixa frequência do estudante. (BRASIL, 2013).

Municipais e às escolas, no trabalho de busca a estudantes faltosos e/ou evadidos;

- Coordenador Estadual do Programa Bolsa Família na Educação, nas Secretarias Estaduais de Educação, juntamente com o Coordenador Regional tem a responsabilidade de dar suporte às escolas, monitorando os registros e propondo ações de busca aos estudantes faltosos e/ou evadidos.
- Coordenação Nacional do Programa Bolsa Família na Educação, a qual oferece suporte técnico, operacional e metodológico a todos os perfis envolvidos no processo.

O ODE deve, quando registra a frequência escolar dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família no Sistema Presença, ao verificar que a frequência dos jovens de 16 e 17 anos não atingiu a meta de 75% do total de aulas dadas, registrar as faltas dos estudantes ocorridas no período e justificá-las utilizando a Tabela de Motivos Baixa Frequência. Essa tabela é um instrumento utilizado para codificar as várias situações ocorridas e que resultaram na ausência do estudante na escola. Para isso é necessário que o Operador Diretor na escola tenha realizado um trabalho de verificação, junto aos estudantes e seus familiares, dos motivos que levaram o jovem a faltar nas aulas. A Tabela de Motivos Baixa Frequência-2013 é composta por números, letras e motivos, de forma a simplificar o registro.

Ao verificar os relatórios gerados no Sistema Presença após os registros é muito comum que se encontre, entre estudantes com idade entre 16 e 17 anos, o motivo “Desinteresse/Desmotivação pelos estudos”, presente no Conjunto “Com Vínculo Escolar”, número 64. Esse motivo, a partir do ano de 2013, foi ainda dividido em dois grupos, 64a e 64b, sendo que o grupo de maior número de ocorrências é o 64a:

Grupo 64a – Desinteresse/Desmotivação pelos estudos. A escola vem agindo para identificar as causas dessa situação;

Grupo 64b – Desinteresse/Desmotivação pelos estudos. A escola não tem procurado identificar as causas dessa situação.

Dentro dos recursos de geração de relatórios no Sistema Presença são possíveis, entre outros, os relatórios por motivos da baixa frequência dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família durante determinados períodos. O registro da frequência é realizado bimestralmente e, na sequência, podem ser produzidos

relatórios que apresentam resumos das informações registradas. Para este artigo utilizou-se os Relatórios por Motivo de Baixa Frequência, de onde se retirou as informações que compõe os dados que serão apresentados na sequência.

Assim como no Sistema Presença, esses dados podem ser igualmente verificados no Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON), acessado dentro do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

3 METODOLOGIA

O trabalho teve início com base nos relatórios obtidos no Sistema Presença do MEC, seguido de uma pesquisa bibliográfica que possibilitou conhecer os principais conceitos pertinentes ao objeto da pesquisa, bem como os resultados de outras pesquisas relacionadas ao tema.

À medida que os dados foram sendo conhecidos e analisados, surgiram dúvidas com relação à clareza das informações, já que a justificativa em questão deixa lacunas para a interpretação, uma vez que a percepção subjetiva no momento da classificação do motivo pode influenciar no sentido que este critério assume. O motivo desinteresse nos estudos pode estar simplificando questões importantes e mascarando dados que merecem investigação.

Causou grande estranheza o fato das escolas, no decorrer dos quase cinco anos de baixa frequência escolar analisados, informarem que vem agindo para melhorar a situação e ainda assim, não estejam obtendo os resultados esperados.

Para melhor compreender este cenário, aplicou-se um questionário aos operadores do Sistema Presença nas escolas estaduais do Município de Londrina/PR, no intuito de esclarecer as tais lacunas levantadas anteriormente nas análises dos relatórios do Sistema Presença.

A escolha da aplicação de questionário como técnica de coleta de informações se deu devido à necessidade de esclarecimentos, junto às pessoas ligadas diretamente ao registro das informações no sistema, que pudessem

melhorar o entendimento dos dados apresentados. Essa técnica foi escolhida por propiciar a qualificação dos dados e o anonimato do informante.

O questionário aplicado foi enviado às cinquenta e quatro escolas estaduais que ofertam Ensino Médio no município de Londrina-PR, através de formulário Docs, produzido na ferramenta Google Drive, para o e-mail da escola, aos cuidados do ODE. Das cinquenta e quatro escolas solicitadas, trinta devolveram o questionário devidamente respondido, dentro do prazo estipulado.

No questionário foram propostas as seguintes questões:

- 1- Há quanto tempo você opera o Sistema Presença do Programa Bolsa Família?
 - 2- Quais as justificativas apresentadas que o(a) leva a optar pelo motivo 64 da tabela de motivos (desinteresse/desmotivação pelos estudos) no momento de registro da frequência escolar do Programa Bolsa Família? Assinale quantas forem necessárias.
 - Desconfiança de uso de drogas.
 - Constatação de uso de drogas.
 - Envolvimento com tráfico.
 - Trabalho informal.
 - O estudante não acredita que os estudos podem colaborar para ascensão social.
 - O estudante não se adéqua ou não gosta dos métodos utilizados na escola.
 - Problemas de relacionamento entre o estudante e um ou vários professores.
 - Outros.
 - 3- Se, na questão anterior optou-se por “outros”, descreva quais.
 - 4- Estas justificativas são verificadas por qual profissional?
 - 5- Desde o ano de 2013, o motivo 64a da Tabela de Motivos traz consigo a informação de que a escola vem agindo para identificar as causas dessa situação. O que, em sua opinião, impede que o problema seja resolvido?
 - 6- Esse espaço é destinado a observações que julgue importantes.
- A seguir, são apresentados os resultados obtidos.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir dos relatórios gerados no Sistema Presença entre os anos de 2012 a julho de 2016, busca-se evidenciar em números, através da tabela 1, os estudantes de 16 e 17 anos, beneficiários do Programa Bolsa Família, que apresentam baixa frequência escolar, especialmente justificada através do motivo 64 da Tabela de Motivos.

Tabela 1: Jovens de 16 e 17 anos, beneficiários do Programa Bolsa Família, abaixo dos 75% de frequência escolar exigidos, justificada através do motivo 64 da Tabela de Motivos.

Ano	Total de Acompanhados (média/mês)	Frequência abaixo dos 75% (média/mês)	Justificadas pelo motivo 64 (média/mês)
2012	1.603	347	84
2013	1.828	700	83
2014	1.725	497	82
2015	1.779	638	62
2016	1.913	466	60

Fonte: a autora, 2016.

Conforme verificado na tabela 1, a situação é recorrente e a justificativa permanece no decorrer dos anos. As quantidades de estudantes com número excessivo de faltas justificadas através do motivo “Desinteresse/Desmotivação pelos estudos” vem sofrendo pequena redução, porém, segundo informado no detalhamento do registro, as escolas vêm agindo para identificar as causas da situação o que, na grande maioria dos casos, parece não estar sendo suficiente para melhorar a situação.

A partir da identificação das causas do desinteresse dos estudantes pela educação, quais ações poderiam ser propostas? De quem é a responsabilidade em propor essas ações? Aliás, a identificação das causas do desinteresse de um grupo de jovens beneficiários do Programa Bolsa Família pela educação está sendo embasada em informações obtidas através de quais mecanismos?

Com base nos questionamentos apresentados, segue resultado do questionário respondido por ODEs sobre seu entendimento e/ou suas possibilidades de registro, ainda que sem ter como comprovar.

Com relação ao tempo em que operam o Sistema presença, verificou-se que dos trinta operadores que responderam o questionário, apenas quatro atuam a menos de um ano, dezessete deles atuam entre dois e cinco anos e nove operadores atuam a mais de seis anos como ODE.

Ao responderem sobre as justificativas apresentadas que e os levam a optar pelo motivo 64 da tabela de motivos (desinteresse/desmotivação pelos estudos) no momento de registro da frequência escolar do Programa Bolsa Família e, esclarecendo que as escolas puderam optar por mais de uma justificativa, observou-se, nas respostas dos ODEs, que das trinta escolas que responderam ao questionário, cinco justificaram como única opção que os estudantes não acreditam que os estudos possam colaborar para sua ascensão social. Na maioria dos casos aparece o entendimento de que, além da percepção de que os estudantes realmente não acreditam que os estudos possam colaborar para sua ascensão social, trata-se de desconfiança de uso de substâncias entorpecentes pelos estudantes.

Na sequência, juntamente com as justificativas anteriores, aparecem casos de estudantes em situação de trabalho informal e envolvimento com tráfico, o que correspondeu a cerca de cinquenta por cento das escolas. Entende-se, portanto, que na maioria dos casos, os estudantes com baixa frequência na escola, justificadas pelo motivo 64 da Tabela de Motivos, podem estar apresentando várias situações de vulnerabilidade que as escolas não possuem estrutura para resolver e nem segurança para levar a outras instâncias e por isso acabam registrando informações que minimizam os problemas, fazendo com que a responsabilidade sobrecaia unicamente na escola.

Além das justificativas apresentadas anteriormente, o questionário ofereceu um espaço para o ODE acrescentar outras, caso houvesse, e a grande maioria respondeu que é comum a ausência e/ou negligência dos responsáveis pelo aluno, fato este que foi amplamente justificado pela situação de vulnerabilidade das famílias ou das pessoas responsáveis pelo adolescente, o que dificulta o acompanhamento e a responsabilização.

Quanto ao profissional que verifica as justificativas antes do registro da baixa frequência no sistema, constatou-se que em dois casos apenas o gestor do

estabelecimento se responsabiliza sozinho pela informação. Doze casos são de responsabilidade do pedagogo. Em dezesseis estabelecimentos as informações são de responsabilidade de uma equipe de profissionais formada por professores, pedagogo, gestor e ODE.

O questionário traz ainda um fato que é informado pela grande maioria das escolas no momento do registro da baixa frequência no sistema que é *a escola vem agindo para identificar as causas dessa situação* e pergunta o que, na opinião do ODE, impede que o problema seja resolvido. Obteve-se como resposta, na maioria dos casos, que os fatos reais – não informados – é que impedem a resolução do problema, já que a informação registrada no sistema não retrata os verdadeiros motivos do afastamento dos adolescentes da escola e dos estudos. Apontam o fato do ODE não se sentir confortável em registrar o que julga ser os verdadeiros motivos, apesar de estarem presentes como opção na Tabela de Motivos, por não haver meios comprobatórios para tais afirmações. Verificou-se ainda que as escolas não possuem mecanismos eficientes e eficazes para tratar problemas que estão diretamente relacionados às vulnerabilidades a que estão expostas as famílias dos jovens em questão. Na grande maioria dos casos, as vulnerabilidades presentes nas famílias requerem ações de outras políticas públicas. As ações possíveis para a escola são insuficientes para tratar todas essas vulnerabilidades sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família não está garantindo a permanência de todos os beneficiários na escola, visto que o número de estudantes beneficiários de 16 e 17 anos que não estão cumprindo a frequência mínima exigida de 75% é considerável.

A ausência de discussões relativas à pobreza nas escolas pode estar colaborando e fortalecendo o próprio ciclo da pobreza. É clara a necessidade e urgência de que as escolas ofereçam à criança, ao adolescente e ao jovem um ambiente capaz de fazê-lo se reconhecer na situação de pobre, entender os motivos

que o colocaram ali e empoderá-lo de atitudes positivas, no sentido de superar suas vulnerabilidades. Ao contrário disso, o que se tem nas escolas hoje é um cenário de desinteresse e desmotivação pelos estudos, principalmente nas classes mais vulneráveis, por não acreditarem que os estudos possam colaborar para sua ascensão social.

Através dos dados apresentados neste artigo, foi possível verificar que os motivos utilizados para justificar a baixa frequência de jovens nas escolas podem estar mascarando as reais causas que os levam a faltar às aulas, como identificado no questionário aplicado aos Operadores do Sistema Presença nas escolas que mostra casos de jovens possivelmente envolvidos com entorpecentes, trabalho informal e tráfico.

A escola está sendo responsabilizada pelo desinteresse das crianças, adolescentes e jovens na educação sem que se tenha a real noção de que existem vulnerabilidades nas vidas desses indivíduos que acabam colocando a educação à margem dos seus planos.

É possível verificar ainda que as escolas não possuem estrutura para lidar com todas as vulnerabilidades dos jovens e seus familiares, necessitando urgentemente de políticas públicas que possam colaborar na superação dessas vulnerabilidades.

São necessários investimentos na educação e ações conjuntas com outras políticas que proporcionem às famílias londrinenses melhores condições de vida a partir do enfrentamento às suas vulnerabilidades sociais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, P. M. R. **Breve relato da história da educação excludente**: do início da colonização aos dias de hoje em nosso país. Publicado em 19 de junho de 2012. Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0337.html>. Acesso em: junho 2016

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.209, de dezessete de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm. Acesso em: Junho/Julho 2016.

BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em: Junho/Julho de 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **O que é**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Publicado em julho/2015. Acesso em: setembro 2016.

BRASIL. Ministério da Educação/SECADI. **Tabela de Motivos de Baixa Frequência 2013**. Disponível em: <http://static.mec.gov.br/presenca/attachments/final/motivos.pdf>. Publicada em 2013. Acesso em: setembro 2016.

CRESPO A. P. A.; GUROVITZ E. **A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional**. RAE-eletrônica, Fundação Getúlio Vargas, Vol.1, N.2, jul-dez/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>. Acesso em: setembro/2016.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio Século XXI** – O minidicionário da língua portuguesa. 5. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411370>. Acesso em: setembro 2016.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – INEP**, 2015. Brasília: INEP/Ministério da Educação, 2015. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2666957>. Acesso em: outubro 2016.

PIRES, A. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.21, n.80, p.513-532, jul./set. 2013.

TORRES H. G. et al. **O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola**: Projeto de pesquisa desenvolvido pelo CEBRAP com o apoio da Fundação Victor Civita. Acesso em: Junho de 2013. Disponível em: http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/2012/pdf/relatorio_jovens_pensam_escola.pdf. Acesso em: abril 2016.

UFRN, **Educação, Pobreza e Desigualdade Social, Objetivos**. Disponível em: <http://posepds.sedis.ufrn.br/> Acesso em: setembro 2016.

ANEXO

TABELA DE MOTIVOS DA BAIXA FREQUÊNCIA - 2013

Conjunto A – Beneficiário com vínculo escolar/matrícula escolar

MOTIVOS
Tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno 1 a - Doença/problemas físicos 1 b - Doença/problemas psicológicos/mentais 1 c - Pós-parto/gravidez de risco/TPM
Doença na família/óbito na família/óbito do aluno 2 a - Óbito do aluno 2 b - Doença de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola 2 c - Óbito de pessoa da família prejudicando a frequência do aluno à escola
Fatos que impedem o deslocamento/acesso do aluno à escola 4 a - Enchente 4 b - Falta de transporte 4 c - Estradas intransitáveis 4 d - Violência na área onde mora 4 e - Inexistência de pessoa para levar à escola 4 f - Grande distancia entre a residência e a escola 4 g - Outro
Concluiu o Ensino Médio 6 a - Sabe-se que ingressou no Ensino Superior 6 b - Sabe-se que ingressou no Ensino Técnico Profissionalizante ou outro curso 6 c - Não se sabe se houve continuidade nos estudos
Suspensão escolar 7 a - Com tarefas domiciliares 7 b - Sem tarefas domiciliares
EJA Semipresencial 8 a - Com acompanhamento regular 8 b - Sem acompanhamento regular
Situação coletiva que impede a escola de receber seus alunos 9 a - Férias escolares 9 b - Greve 9 c - Calamidade pública que atingiu a escola ou exigiu o uso do espaço como abrigo 9 d - Escola sem professor 9 e - Reforma geral da escola 9 f - Escola fechada por situação de violência 9 g - Falta de merenda escolar 9 h - Outro
Participação em jogos estudantis/atividade escolar extra-classe 10 a - Considerada atividade escolar 10 b - Não é considerada como atividade escolar
Preconceito/Discriminação no ambiente escolar/bullying 11 a - A escola está agindo no enfrentamento do problema 11 b - A escola ainda não está agindo no enfrentamento do problema

<p>Ausência às aulas por respeito às questões culturais, étnicas ou religiosas:</p> <p>12 a - Indígenas</p> <p>12 b - Circenses</p> <p>12 c - Ciganos</p> <p>12 d - Opções religiosas</p> <p>12 e - População de rua</p>
<p>Gravidez</p> <p>51 a - Gravidez de risco (sistema lançará para o motivo 1)</p> <p>51 b - Não é gravidez de risco</p>
<p>Situação de rua</p> <p>52 a - A escola sabe que o aluno conta com o acompanhamento da rede de proteção local (Cons. Tutelar/CRAS/CREAS)</p> <p>52 b - A escola não sabe se conta com acompanhamento da rede de proteção social.</p>
<p>Negligência dos pais ou responsáveis</p> <p>53 a - A escola examinou a questão com as famílias</p> <p>53 b - A escola não abordou esta questão com as famílias</p>
<p>Trabalho infantil</p> <p>54 a - A escola sabe que o aluno conta com atenção da rede local de proteção e/ou participa do PETI</p> <p>54 b - A escola não sabe se o aluno conta com acompanhamento da rede de proteção local</p>
<p>Motivo da baixa frequência não foi informado</p> <p>58 a - A escola não procurou saber o motivo junto à família</p> <p>58 b - A escola esclarece que a família não informou o motivo</p> <p>58 c - A escola, apesar de solicitada, não informou o motivo</p> <p>58 d - Não foi identificado motivo adequado nesta tabela</p>
<p>Violência/Agressividade no ambiente escolar</p> <p>60 a - A escola está atuando no enfrentamento da situação</p> <p>60 b - A escola ainda não está atuando no enfrentamento da situação</p>
<p>Trabalho do Jovem</p> <p>62 a - Emprego formal (a partir de 16 anos)</p> <p>62 b - Estagiário sem vínculo empregatício</p> <p>62 c - Trabalho informal</p>
<p>Exploração/Abuso Sexual</p> <p>63 a - A escola sabe que a rede de proteção local já foi acionada/comunicada</p> <p>63 b - A escola não sabe se a rede de proteção foi acionada/comunicada</p>
<p>Desinteresse/Desmotivação pelos estudos</p> <p>64 a - A escola vem agindo para identificar as causas dessa situação</p> <p>64 b - A escola não tem procurado identificar as causas dessa situação</p>
<p>Abandono Escolar/ Desistência</p> <p>65 a - A Escola vem agindo para identificar as causas desse comportamento</p> <p>65 b - A Escola não tem conseguido agir em relação a essa situação</p>

<p>Questões sociais, educacionais e/ou familiares</p> <p>68 a - Separação dos pais</p> <p>68 b - Necessidade de cuidar de familiares (idoso, criança, pessoa com deficiência)</p> <p>68 c - Viagem com a família (trabalho sazonal/agricultura temporária/colheita/outros)</p> <p>68 d - Casamento do(a) Aluno(a) – Atualizar cadastro familiar</p> <p>68 e - Falta de uniforme/calçado/roupa adequada</p> <p>68 f - Pais “sem domínio” dos filhos/relação familiar precária</p> <p>68 g - Família desconhece as faltas da criança às aulas</p> <p>68 h - Aluno com deficiência/necessidades especiais sem apoio/estimulação para permanecer na escola</p>
<p>Envolvimento com drogas/atos infracionais</p> <p>70 a - A escola sabe que foi encaminhado aos órgãos competentes</p> <p>70 b - A escola não sabe se houve encaminhamento adequado</p>
<p>Violência Doméstica</p> <p>71 a - A escola sabe que a criança já foi encaminhada à rede de proteção social</p> <p>71 b - A escola não sabe se a criança foi encaminhada à rede de proteção social</p>

Conjunto B – Beneficiário sem vínculo escolar/matrícula escolar.

(O beneficiário colocado neste Conjunto receberá zero de frequência sendo que estes registros não serão computados no quantitativo do relatório de baixa frequência).

CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÕES
Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar por uma das situações abaixo caracterizadas:
72 a - Inexistência de ensino fundamental na comunidade em que mora
72 b - Inexistência de ensino médio no território onde mora
72 c - Inexistência de serviços educacionais para acampados/ciganos/circenses/itinerantes.
72 d - Inexistência de serviços educacionais em situação de internação/privação de liberdade/internação em clínica ou hospital
72 e - Inexistência de escola indígena no território onde mora.
72 f - Concluiu o ensino fundamental/EJA e inexistente oferta imediata da etapa seguinte.
72 g - Beneficiário concluiu o Ensino Médio
72 h - Inexistência de atendimento educacional especializado para beneficiário com deficiência/necessidade educacional específica.
72 i - Inexistência de transporte/locomoção acessível à escola para beneficiário com deficiência/necessidade especial.
72 j - Questões de resistência da família para que o beneficiário com deficiência/necessidade especial frequente a escola.
72 k - Inexistência de acessibilidade no ambiente escolar para o beneficiário com deficiência/necessidade especial.
72 l - Negativa da escola em receber a criança com deficiência/necessidade especial alegando falta de vaga
72 m - Transferência em andamento/pendente – permanecendo sem solução/aceite, após o encerramento de 02 (dois) períodos de coleta, o beneficiário será lançado como Não Localizado no município de origem do cadastro familiar.
72 n - Beneficiário sem vínculo/matrícula escolar foi encontrado, mas não quer mais estudar.

72 o - Beneficiário sem vínculo/matricula escolar foi identificado em condição de óbito (falecido).
--

72 p - Beneficiário com dados errados impedindo a identificação pela escola (nome errado/data de nascimento errada/NIS duplicado)
--

Nota técnica: os motivos de códigos 6, 8, 9 e 72 receberão registro de “0” de frequência, mas os quantitativos correspondentes não serão lançados no Relatório de Motivos de Baixa Frequência.

Brasília, 29 de janeiro de 2013.